

Marzia Grassi

Capítulo 37

Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo e integração de jovens de origem africana em Portugal

Introdução

As associações voluntárias no seio das comunidades migrantes podem ser entendidas como um factor simultaneamente diferenciador e agregador de pertenças comunitárias e interculturais que influencia a integração social nos países de chegada. O que está em exame é a sua contribuição específica e a inter-relação estabelecida com a integração social e laboral, no contexto europeu contemporâneo, em Portugal, como país de acolhimento da diáspora de origem africana oriunda das ex-colónias portuguesas.

É nesta perspectiva que será analisado o papel das associações voluntárias enquanto mediadoras institucionais entre distintos Estados-nação e comunidades nacionais, a partir de um estudo de caso desenvolvido no âmbito de diferentes projectos de pesquisa, realizados nos últimos anos. Neste sentido, o papel do associativismo na integração de jovens de origem africana no mercado de trabalho em Portugal é abordado a partir de dados recolhidos no seio de duas comunidades de origem africana em Lisboa, numa população de 400 jovens (18-30 anos), 200 de origem cabo-verdiana e 200 de origem angolana.¹ A recolha de dados foi efectuada em 2006 após quatro anos de pesquisa, desenvolvida através de entrevistas qualitativas a homens e mulheres de origem cabo-verdiana em Portugal, Itália e EUA, no decorrer da qual foram realizadas várias entrevistas junto dos responsáveis das associações de apoio aos imigrantes. O questionário aplicado a jovens de origem ang-

¹ Trata-se das duas maiores comunidades dos países africanos das ex-colónias portuguesas em Portugal.

lana integra um projecto de equipa,² e alguns dos dados recolhidos são aqui usados exclusivamente em termos comparativos de forma a facilitar a análise do papel das associações cabo-verdianas na activação dos mecanismos de ajuda na integração em Portugal.

Capital social: envolvimento associativo e comportamento participativo

O conceito de capital social pode ser considerado um conceito operativo para interpretar o funcionamento da solidariedade e da confiança nas redes que estruturam o movimento migratório.

As análises sociológicas do capital social têm insistido sobre os benefícios para os actores sociais em pertencerem a comunidades mais alargadas ou a redes e estruturas sociais colectivas (Portes e Landolt 1996). Para Putnam (1993, 35-42), este carácter colectivo do conceito torna mais fácil a acção e a cooperação em prol do benefício mútuo. Na senda de Putnam, ao definir o capital social³ a partir de Bourdieu, outros autores põem o enfoque sobre a confiança, as normas de reciprocidade e outros factores sociais que influenciam o comércio, as migrações, as reformas económicas e as interacções entre indivíduos, necessários para o desenvolvimento económico (Knack e Keefer 1997).

Neste sentido, a participação em associações voluntárias é um indicador para medir o capital social e o seu potencial para a resolução de problemas sociais de grupos identificados e de interesse público. Contudo é importante reconhecer que o capital social não é uma entidade única tendo uma natureza multidimensional. No âmbito das múltiplas dimensões, as percepções subjectivas dos indivíduos entrevistados acerca da confiança nas associações voluntárias de imigrantes constitui o ponto fulcral da análise que se apresenta a seguir. Trata-se de captar o chamado capital social de «conexão» (Woolcock 1999; Banco Mundial 2000), um conceito «vertical» de capital social, que conecta as pessoas aos recursos institucionais políticos e económicos, com a mediação das associações voluntárias.

A nível da mediação institucional, as associações constituem um canal privilegiado, por permitir a aproximação dos imigrantes aos mecanismos úteis à resolução de certas questões quotidianas, dando mais segurança e sentido de

² Trata-se do projecto «Angola em Movimento: sociabilidade e trocas económicas informais» (POCI/AFR 59446/2004), em curso no ICS-UL sob a coordenação de Marzia Grassi. O projecto de equipa multissituado e comparativo considera o terreno português um dos quatro lugares de observação das características do capital social nas redes que estruturam o movimento de pessoas e mercadorias com origem em Angola.

³ «[...] redes sociais, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos» (Putnam 1993, 36).

comunidade aos imigrantes, e estimulando a coesão social e uma maior consideração por parte da restante comunidade (Portes 1995, 12-13). O capital social gerado pelas associações não é sempre positivo, e acontece que os dirigentes associativos ou certas associações sejam capturadas por interesses pessoais ou limitados interesses particulares. Nestes casos, gera-se capital social negativo.

As críticas à posição de Putnam apontam para o significado político do voluntarismo e para o tom elitista da argumentação, ao atribuir responsabilidades ao comportamento das massas esquecendo de par aquelas do *establishment* político e económico (Skocpol 1996, 25). Relativamente aos países em desenvolvimento, o Banco Mundial identifica a necessidade de medir o capital social nas comunidades pobres desses países. O capital social é descrito como o «elo perdido» nos estudos sobre o desenvolvimento (Harris 2002, 7). Esta ilação estimulou o surgimento de muitos programas para a identificação e a medição do capital social, tendo sido identificados instrumentos para a realizar (*v. g.*, questionário tipo de Grootaert *et al.* 2003).

As implicações políticas do conceito foram analisadas recentemente num estudo de caso sobre a ligação entre capital social das associações cabo-verdianas e a integração política na região de Lisboa (Horta e Malheiros 2005). Integrado num mais vasto projecto comparativo europeu, este trabalho utiliza o conceito de capital social de Fennema e Tillie (1999) cuja característica principal é dar relevância à ligação entre associações étnicas e confiança política a partir de estudos de caso junto de comunidades de origem marroquina e turca em Amesterdão e junto das comunidades do Suriname e das Antilhas em quatro cidades holandesas. Os autores depreendem que a natureza de origem étnica constitui um importante indicador do empenho político que aumenta em função da densidade das redes associativas étnicas.

O estudo de Horta e Malheiros indica que a maioria das associações cabo-verdianas na Grande Lisboa se autodefiniam, em 2004, como associações assistenciais (Horta e Malheiros 2005, 11), enquanto só 27% se definiam como associações de imigrantes ou culturais. Estes autores referem ainda que tais associações estão sobretudo orientadas para o fornecimento de serviços e evidenciam as diferenças entre as associações de Lisboa e as da Amadora e de Oeiras quanto à capacidade de mobilização, que é maior onde há uma maior densidade de imigrantes de origem cabo-verdiana. Além disso, o estudo indica que as associações privilegiam os contactos com as instituições, ONG e partidos políticos.

Fluxos migratórios de Cabo Verde e Angola

No caso português, o movimento de pessoas oriundas dos países de língua portuguesa é uma constante na sua história. Se as correntes mais antigas se alicerçam nos laços coloniais de formas diferentes de acordo com o período

considerado, a partir dos anos 90, as correntes migratórias contemporâneas misturam-se com os novos fluxos iniciados a seguir ao desmoronamento da URSS, no contexto da «invenção» europeia. Os fluxos migratórios contemporâneos aumentaram com a guerra nos Balcãs e continuam a mudar, estando fora do controlo dos Estados nacionais que compõem a Europa e o mundo actual. Os novos chegados diferem dos antigos, da tradicional diáspora dos países africanos de língua portuguesa, por muitas e complexas razões que não estão ao alcance deste texto (Grassi 2007, 24-34). A diáspora cabo-verdiana é uma diáspora antiga que diz respeito a um fenómeno pós-colonial, a um movimento carregado de significados identitários constantemente a serem redefinidos e carregado também de ideologias e interpretações e analogias que estão ausentes nas novas correntes migratórias para Portugal como, por exemplo, aquelas oriundas dos países de Leste.

A emigração como factor estrutural no povo cabo-verdiano, que tem as suas raízes em razões económicas e sociais, parece ter favorecido, nos jovens cabo-verdianos, a interiorização da necessidade de movimentar-se pelo mundo fora. Neste país o desejo de migrar não se pode relacionar exclusivamente com critérios de escolhas racionais de um ponto de vista económico (Akesson 2004, 2). Os imigrantes de origem cabo-verdiana organizam-se em redes étnicas e culturais onde a solidariedade é um valor estruturante e um tema organizacional. A necessidade de repensar as formas em que é processada a confiança e a reciprocidade necessárias ao funcionamento das redes encontra na análise do funcionamento das associações um lugar privilegiado. A importância da diáspora para a construção e manutenção da identidade nacional e na reinvenção da nação, a importância da «pátria distante» na comunidade cabo-verdiana são temas muito pertinentes nas suas implicações económicas, uma vez que as remessas dos emigrantes constituem o maior valor das receitas no orçamento do Estado de Cabo Verde. Neste contexto, a presença das associações de imigrantes nos países de acolhimento reveste-se de importância central para o país. Em Portugal, a legislação que regulamenta as associações de imigrantes tem tido várias modificações nas últimas décadas.

É em 1999 que a lei 115/99 aprova em Portugal o regime jurídico das associações de imigrantes que existiam desde os anos 70 acompanhando o fluxo de africanos das antigas colónias portuguesas. Esta fase caracteriza-se pela existência de associações informais sobretudo na área metropolitana de Lisboa e que se ocupam no apoio à integração dos imigrantes e sua instalação em Portugal (Albuquerque, Ferreira, e Viegas 2001). É nos anos 90 que se assiste ao aumento do número das associações e a um aumento também da sua intervenção como intermediárias na integração socioeconómica dos imigrantes. De uma associação entre 1970 e 1980 (Casa de Cabo Verde), passou-se para 10 em 1990 e para 78 associações em 1996 (apenas uma não africana, a Casa do Brasil) a que se juntam 10 associações de estudantes

africanos (*idem*). O impulso maior inicia-se a partir da década de 90 quando com os novos fluxos migratórios as associações alcançam o reconhecimento formal quer no domínio socioeconómico, quer cultural e político-legal, assumindo o papel de interlocutor do Estado. A visibilidade do associativismo migrante em Portugal aumenta e ganha importância no contexto do aumento do fluxo migratório de imigrantes africanos na ocasião do Acordo de Schengen em 1991 e do Tratado de Maastricht em 1992 assente no controlo dos fluxos ilegais de forma a permitir uma melhor integração para as comunidades que já existem (Dias de Sousa 2003, 46; Albuquerque, Ferreira, e Viegas 2001). Nessa óptica, é criado o Secretariado Coordenador dos Projectos de Educação Multicultural/Entreculturas (despacho normativo 63/91). Além disso é aprovada a resolução 38/93 do Conselho de Ministros, que aprova medidas de apoio aos imigrantes e minorias étnicas; o despacho conjunto MAI/ME/MOPTC/MS/MESS (1993) cria a Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas. A nível legislativo, com apoio em Albuquerque, Ferreira e Viegas (2001), devem referir-se outras medidas legislativas. «Em 1992 realiza-se a primeira legalização extraordinária de imigrantes (decreto-lei 212/92) monitorizada pelas associações através do Secretariado Coordenador das Acções de Legalização, tendo sido apoiadas financeiramente pelo Estado e desenvolvido parcerias com as centrais sindicais (CGTP/IN e UGT). Este processo marcou a viragem para uma intervenção mais política do movimento associativo, que será reforçada pela institucionalização do diálogo com os partidos políticos. Dois representantes das comunidades imigrantes (um guineense e um cabo-verdiano) são eleitos nas listas do Partido Socialista ao Parlamento. A reivindicação dos direitos de cidadania estão nas prioridades como necessários para a integração na sociedade portuguesa e para tal são pedidas políticas sociais específicas, que permitam aumentar o potencial de integração dos imigrantes e seus descendentes directos, por parte da sociedade portuguesa.» Na segunda metade da década nasce o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas – ACIME (decreto-lei 3-A/96) que exerce funções de intermediário com o Governo. Em 1996, a lei 17/96 contempla o segundo processo de legalização extraordinária de imigrantes. Esta lei autoriza as associações de imigrantes e de defesa dos direitos humanos a constituírem-se como assistentes em processo penal no caso de crimes de índole racista ou xenófoba. Além disso a lei 50/96 reforça os direitos de cidadania permitindo aos imigrantes o direito de voto e de elegibilidade para as autarquias locais, em condições de reciprocidade, aos cidadãos estrangeiros. Publica-se o despacho conjunto 304/98 do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que reconhece legalmente a figura do mediador cultural para a educação. Cria-se um Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (decreto-lei 39/98), no âmbito das competências do ACIME, e uma Comissão

para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, no quadro da lei que proíbe a discriminação no exercício de direitos por motivos de «raça», cor, nacionalidade ou origem étnica (lei 134/99). A tendência actual é de profissionalização das associações de imigrantes de forma a poder aceder aos subsídios estatais de programas para a integração laboral e a promoção de iguais oportunidades no âmbito dos quadros comunitários de apoio. A área da formação destaca-se como privilegiada para uma nova geração de jovens líderes associativos com vista à integração dos imigrantes.

A diáspora cabo-verdiana é um exemplo de elevado grau de associativismo: «em todos os lugares onde existem comunidades cabo-verdianas é difícil não existir associação cabo-verdiana» (Dias de Sousa 2003, 115) que parece assumir o seu mais alto grau em Portugal. Com efeito, a 5 de Julho de 2005 (30.º aniversário da independência de Cabo Verde) foi criada em Lisboa a Federação das Organizações Cabo-Verdianas em Portugal (FOCV) que engloba 46 associações e organizações cabo-verdianas de norte a sul do País, incluindo o arquipélago dos Açores. Uma das prioridades da FOCV referida pelo seu presidente é não só a promoção da integração dos imigrantes em Portugal e o combate às desigualdades sociais, mas também a promoção e a dinamização de jovens na comunidade cabo-verdiana. A Federação disponibiliza-se, nos próprios estatutos, para colaborar com as autoridades portuguesas e cabo-verdianas e com os municípios de maior afluxo de imigrantes na elaboração e execução de projectos de integração sociocultural e laboral em Portugal.

Todos os progressos legais de visibilidade e capacidade de intervenção das associações que acabamos de descrever não se reproduzem ainda na vida das pessoas. Como veremos nos dados que se seguem, o envolvimento das associações tem um carácter embrionário enquanto agente de integração e desenvolvimento que resulta marcado, muitas vezes, por equívocos etnocêntricos como a salvaguarda cultural. Em geral há um predomínio das iniciativas assistencialistas locais e não existe um quadro de acção conjunta no âmbito lusófono. As associações de imigrantes na grande Lisboa apresentam uma importante função de promoção da circulação e do retorno dos quadros e há autores que afirmam e realçam a sua ligação partidária aos partidos no poder nos países de origem (Barbosa da Silva 1993, 164). Em geral o trabalho de campo junto com as associações refere a tendência destas para relacionar-se maioritariamente com entidades governamentais, quer do país de origem quer do país de chegada. Dias de Sousa (2003, 117), para o caso cabo-verdiano, realça que a própria dependência das associações face ao Estado e suas instituições e ainda que a transformação de algumas em IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social – transformou-as em organismos passivos e aumentou as limitações que já existiam.

Analisar o associativismo na sua capacidade de apoio aos imigrantes implica ter de adaptar a maneira de fazer observação directa. A simples presença das

associações, por exemplo num bairro de grande fluxo de imigrantes, determina uma diversificação do contexto envolvido. As associações são elas mesmas promotoras de etnicidade e de transnacionalidade embora de formas diferentes, conforme se trate de associações de imigrantes ou de associações de apoio não específicas para a população imigrante.

Nos bairros de grande presença de imigrantes, o papel das organizações é muito significativo na réplica ou na reinvenção da tradição, e as associações acabam por desempenhar um papel muito importante, que não é alheio à possibilidade de recriação de conflitos sobretudo na área do acesso ao trabalho, uma vez que a maioria das vezes as associações funcionam com trabalho voluntário dos mesmos imigrantes. Esta problemática é muito complexa e cria desafios metodológicos uma vez que as associações, quando interpeladas de forma exclusiva no contexto de uma recolha de informação, acabam por dar uma aproximação muito parcelar à comunidade. Um trabalho de análise mais aprofundado na recolha de informação sobre o impacto das associações na vida dos imigrantes é possível ouvindo-os, como se pretendeu fazer através do inquérito.

As entrevistas efectuadas a dirigentes associativos em Lisboa sobre a questão do acesso ao trabalho dos imigrantes indicam a tendência comum a focalizar mais os problemas do que as oportunidades, e a maioria dos entrevistados acredita que o desemprego dos jovens é agravado pela condição de imigrante. Todos os entrevistados, no âmbito deste estudo, referem que a dificuldade dos imigrantes de origem africana no acesso ao mercado de trabalho formal não quer dizer ausência de poder contratual informal que este existe, sobretudo em trabalhos sazonais, a tempo parcial ou ao domicílio, não contabilizado, e na miríade de actividades económicas informais, que compensam a falta de emprego dos imigrantes e proporcionam bens e capitais a famílias inteiras, também nos países de origem, através das remessas. De acordo com alguns dos responsáveis associativos entrevistados existiria, também, uma maior facilidade dos imigrantes em conseguir arranjar trabalho em actividades como a construção civil ou os serviços, na ausência da regularização da condição de imigrante. Os numerosos negócios informais vão da venda ambulante às actividades comerciais mais estruturadas nos mercados de bairro e incluem também as actividades ilegais, como seja o comércio de droga. As actividades informais são vistas também como uma oportunidade para a criação de emprego das comunidades residentes, uma vez que parecem compensar a ausência de oportunidades melhores. Estas apresentam dinâmicas de género: as mulheres têm um papel fundamental na individualização e na implementação de actividades informais rentáveis também em termos da utilização e activação de redes de apoio que estruturam a actividade económica tornando-a também um lugar de trocas identitárias e de socialização das comunidades que favorece a integração da população imigrante na sociedade portuguesa (Grassi 2007).

Outro ponto comum salientado pelos dirigentes associativos é que os imigrantes teriam uma dificuldade acrescida no acesso ao mercado de trabalho também pela existência de preconceitos de natureza discriminatória com base em características físicas e culturais, que diferem daquelas do país de acolhimento. A este propósito, todos os entrevistados referem a necessidade de relacionar as políticas das diásporas com os direitos das diásporas de forma a facilitar uma integração socialmente responsável.

A recolha de informação junto dos imigrantes cabo-verdianos em Lisboa relata um panorama um pouco diferente. Os dados apontam para a existência de uma clara interação entre a identidade étnica e nacional e a classe de pertença que se exprime nos termos da ligação entre identidade nacional (étnica) e o poder de compra dos indivíduos. A diferenciação do poder de compra individual é lugar de eclosão de conflitos que emergem de maneira diferente das entrevistas com as pessoas, conforme os lugares de realização das entrevistas e os países de acolhimento (Grassi 2007). As questões económicas e de acesso ao mercado de trabalho parecem exasperar o medo e a desconfiança nas relações entre imigrantes quer de origem cabo-verdiana quer de origem angolana em Lisboa, sendo que este sentimento provoca modificações na solidariedade familiar, geracional e étnica. São um exemplo as actividades de comércio informal que atenuam a solidariedade e engendram um movimento entrópico em direcção do individualismo metodológico nas relações humanas (Grassi 2006). Este fenómeno não é exclusivo das diásporas cabo-verdiana e angolana em Portugal e foi, por exemplo, observado entre grupos geracionais da diáspora cubana para Espanha por Berg (1999).

Análise descritiva comparativa dos resultados do questionário⁴

Os dados que se seguem fazem parte de um questionário mais amplo aplicado a 400 jovens de origem africana, em Lisboa, em vários locais. Iniciaremos por descrever as características socioeconómicas dos entrevistados e identificar os locais de contacto com os entrevistados para em seguida apresentar a autopercepção do associativismo assim como emerge da frequência e intensidade da participação em associações voluntárias, dos benefícios que esta participação proporciona e dos tipos de serviços oferecidos pelas associações.

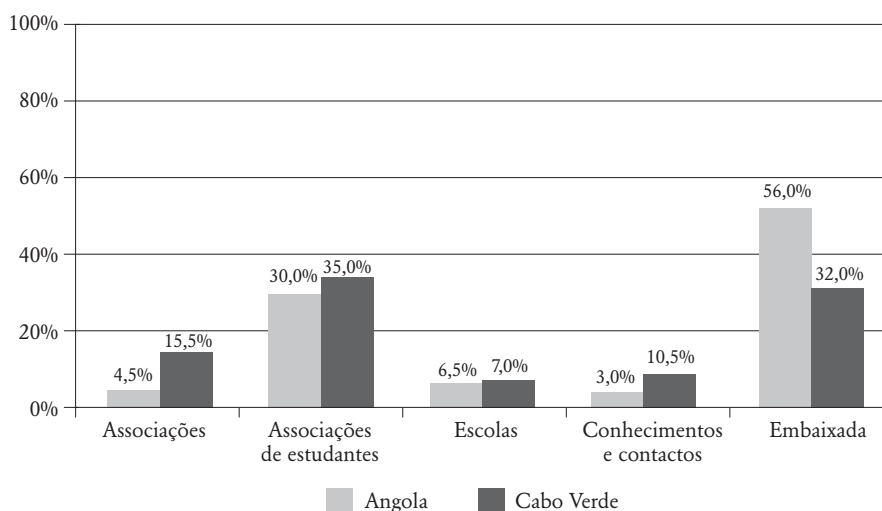
⁴ Agradeço à Dr.^a Ana Luísa Fonseca a sistematização e a leitura técnica dos dados do questionário.

Características socioeconómicas

Segundo a análise dos dados, as características socioeconómicas dos inquiridos podem resumir-se da seguinte forma: a distribuição dos inquiridos por sexo, tendo em conta a comunidade de origem dos inquiridos, é bastante semelhante, existindo apenas uma relativa maioria de homens na comunidade angolana (53,2%) e uma relativa maioria de mulheres na comunidade cabo-verdiana (53,1%). No que respeita ao estado civil, verifica-se que tendencialmente a maioria é solteira, independentemente da origem, explicável com a idade dos inquiridos e a sua condição de estudante que, como veremos, vale pela maioria. Em função de grande número de inquiridos ter sido contactado na embaixada, em relação à *nacionalidade*, resultam de nacionalidade angolana (79,0%) e de nacionalidade cabo-verdiana (77,5%). Sendo que tendencialmente existem mais jovens de origem cabo-verdiana com nacionalidade portuguesa (15,5%) e mais jovens de origem angolana com nacionalidade dupla (13,0%). Relativamente ao *número de filhos*, verifica-se que a maioria não possui nenhum filho, sejam os de origem angolana (72,0%) sejam os de origem cabo-verdiana (71,5%), factor também a relacionar com o escalão etário correspondente à nossa amostra (entre 18 e 30 anos). Quanto ao grau de *escolaridade*, globalmente, verifica-se que tanto a comunidade angolana como a cabo-verdiana possuem níveis elevados de escolaridade. Novamente este facto pode dever-se à idade dos indivíduos inquiridos que, tendo em conta a evolução escolar dos mesmos, deveriam estar a frequentar ou ter terminado o ensino superior. De facto, verifica-se tendencialmente que tanto a comunidade angolana (37,5%) como a comunidade cabo-verdiana (46%) frequentam, maioritariamente, o ensino superior ou possuem já a licenciatura. Contudo, os jovens de origem angolana apresentam, tendencialmente, níveis mais baixos de escolaridade, sendo os únicos que registam casos nas categorias de escolaridade inferiores ao 2.º ciclo. Na globalidade, no que se refere à condição perante a profissão, verifica-se a presença, junta da amostra dos indivíduos inquiridos, de uma variedade de situações. Sendo que, tendencialmente, a maioria dos inquiridos de origem angolana são estudantes-trabalhadores (33,5%) e a maioria dos inquiridos de origem cabo-verdiana (33,0%) são estudantes. A percentagem de indivíduos desempregados é relativamente baixa comparando com as restantes situações da condição profissional, tanto para os inquiridos de origem angolana (12,0%) como para os de origem cabo-verdiana (10,5%).

A escolha dos locais de inquirição foi determinada pelas grandes dificuldades encontradas em aceder aos indivíduos com as características pretendidas nos locais das associações que foram contactadas, pela escassa capacidade de mobilização dos jovens, maioritariamente nas associações da comunidade angolana. Os questionários foram todos preenchidos na presença dos inquiridores previamente formados para o efeito.

Figura 37.1 – Local de inquirição dos jovens



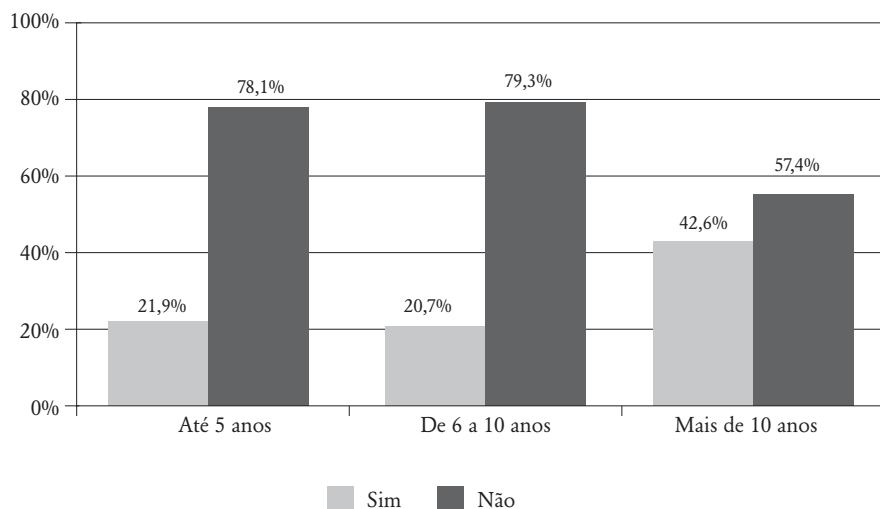
A escassa participação em associações dos inquiridos

Analisando a *pertença a associações dos jovens inquiridos* verifica-se que tanto os de origem angolana (73,5%), como os de origem cabo-verdiana (72,0%) referem não pertencer a alguma associação.⁵ Trata-se do dado mais significativo do questionário que confirma a escassa participação associativa, tanto por parte dos inquiridos de origem angolana, como por parte dos inquiridos de origem cabo-verdiana. Este dado confirma as tendências que tinham sido recolhidas através de entrevistas quer a imigrantes quer a dirigentes associativos, os primeiros a referirem falta de confiança na capacidade de resolução dos problemas de integração e os dirigentes associativos entrevistados a apontarem a dificuldade crescente na mobilização das pessoas para os objectivos das associações.

Só 26,5% dos jovens de origem angolana inquiridos e 28% dos jovens de origem cabo-verdiana referem pertencer a alguma associação. Os dados que se apresentam a seguir e a sua análise descritiva dizem respeito aos inquiridos que declararam pertencer a associações, o que significa que a amostra se reduz a cerca de 109 pessoas que correspondem a 27,3% da amostra total dos inquiridos. Este facto não reduz necessariamente a possibilidade de generalização da análise, uma vez que a condição de não pertença a associações constitui o resultado mais significativo perante o objectivo da análise que remete para a

⁵ Não existem diferenças estatisticamente significativas ($X^2(1) = 0,113, p > 0,05$) entre pertencer a associações e ser angolano ou cabo-verdiano de origem.

Figura 37.2 – Participação associativa segundo o tempo de residência em Portugal



atitude da larga maioria dos imigrantes inquiridos em não recorrer às associações para o apoio à integração laboral e social.

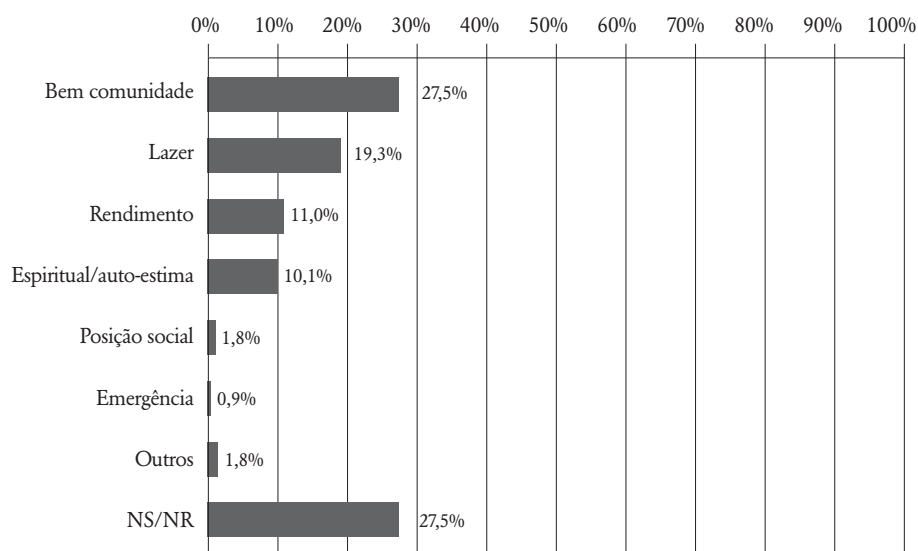
No que respeita aos inquiridos que pertencem a alguma associação, verifica-se que, tendencialmente, no caso de origem angolana a maioria (41,2%) é estudante, enquanto no caso dos cabo-verdianos a maioria (34,1%) é activa. No que respeita aos desempregados, verifica-se que no caso de Angola, 25% dos mesmos pertencem a associações, enquanto no caso de origem cabo-verdiana, apenas 9,5% referem pertencer.

A pertença a associações varia também em função do tempo de residência em Portugal e do escalão etário.

No que respeita ao tempo de residência em Portugal, verifica-se que quem reside há menos tempo (menos de 10 anos) não pertence maioritariamente a associações (78,1% e 79,3%). Sendo que esta diferença se reduz significativamente quando comparamos os indivíduos que estão em Portugal há mais tempo, mais especificamente há mais de 10 anos (42,6%).⁶ Deste modo, é possível induzir que os indivíduos que estão em Portugal há mais tempo são os que possuem maior participação associativa. Resultado talvez de uma estadia mais prolongada em Portugal que os motiva a procurar as suas raízes materializadas através das associações das quais são membros. Porém, importa olhar também para a idade dos inquiridos. É a partir daí concluímos que são os mais novos (que possuem até 20 anos), residindo há mais de 10 anos em Portugal, que pertencem maioritariamente a associações (69,2%). Sendo que esta situa-

⁶ Diferença estatisticamente significativa $X^2(3) = 8,983, p < 0,05$.

Figura 37.3 – Benefícios do associativismo



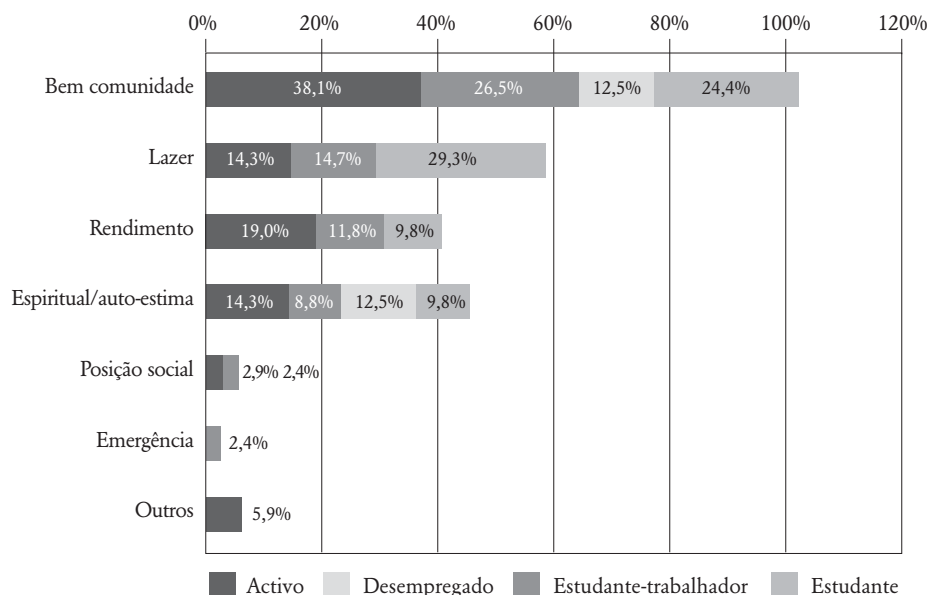
ção se reverte para os inquiridos com mais de 20 anos. Podendo significar que o tempo da estadia em Portugal e a idade dos inquiridos é importante para explicar o recurso a associações como forma de apoio social (figura 37.2).

Analisando ainda, por género, os indivíduos que pertencem a associações, verifica-se que no caso de Angola existe uma distribuição equitativa (ambos com 49,1%), enquanto no caso de Cabo Verde existe uma maioria de mulheres que pertence a associações (55,4%). No que respeita à frequência de participação, conclui-se que, tendencialmente, no que respeita a Angola são as mulheres que participam com maior frequência (muitas vezes 53,8%), enquanto no caso de Cabo Verde são os inquiridos do sexo masculino (muitas vezes 48,0%). Neste sentido, apesar do seu número minoritário na pertença às associações a sua participação é mais assídua que a das mulheres.

Frequência e intensidade da participação associativa

No que respeita à frequência de participação tendo em conta a comunidade de origem e a condição perante a profissão, conclui-se, independentemente da condição perante a profissão, que, no caso de Angola, os inquiridos participam tendencialmente muitas vezes. Mais especificamente são os desempregados de origem de Angola (66,7%) que se destacam tendencialmente comparativamente com as outras situações na profissão. Em relação a Cabo Verde, a frequência de participação acaba por se dividir entre muitas vezes e algumas vezes, sendo claro que são os estudantes-trabalhadores que participam com

Figura 374 – Benefícios do associativismo segundo a condição perante a profissão



menor frequência (algumas vezes, 55,6%). Os activos e os desempregados destacam-se na frequência mais assídua. Porém, tanto no caso de Angola (28,6%) como no caso de Cabo Verde (21,4%), verifica-se que existe uma fatia considerável ainda de activos (cerca de 1/4) que participa poucas vezes.

Autopercepção dos inquiridos sobre os benefícios do associativismo

Globalmente, os inquiridos destacam como benefício principal de pertencer a uma associação o bem para a comunidade (27,5%), seguido do lazer (19,3%) (figura 37.3).

Em ambas as comunidades, mantém-se o bem para a comunidade como o principal benefício referido, confirmando a tendência de procura de assistência, sendo que este é destacado, tendencialmente, no caso de Angola pelas mulheres (23,1%) e no caso de Cabo Verde pelos homens (44,0%). Em relação a Angola, verifica-se que os homens destacam, em maioria (19,2%) o benefício do lazer, enquanto as mulheres dão seguidamente maior importância à componente espiritual e de auto-estima. No que se refere a Cabo Verde, verifica-se que a maior discrepância entre homens e mulheres se regista em relação ao benefício do rendimento que é destacado pelas mulheres (25,8%).

Relativamente aos benefícios analisados tendo em conta a condição perante a profissão, verifica-se que os activos (38,1%) e os estudantes-trabalhadores

(26,5%) salientam tendencialmente, em maioria, o bem para a comunidade. Enquanto os estudantes enfatizam o lazer (29,3%) e os desempregados se dividem entre o bem para a comunidade e a espiritualidade/auto-estima (ambos com 12,5%).

Serviços acedidos através da pertença à associação segundo a comunidade de origem e o género

No global verifica-se que, tanto as mulheres, como os homens originários de Angola e de Cabo Verde, apontam a educação e a formação como um dos principais serviços ao qual têm acesso a partir da pertença à associação. Sendo que tanto nos jovens de origem angolana (15,4%) como cabo-verdiana (12,9%) são as mulheres que mais acedem a serviços de saúde comparativamente com os homens, bem como a serviços de justiça (19,2% e 6,5%, respectivamente).

Independentemente da condição na profissão, verifica-se que a maioria dos inquiridos de origem angolana e de origem cabo-verdiana acede a serviços de educação / formação através das associações a que pertence. Contudo, destaca-se, no caso de origem angolana, que 1/3 dos inquiridos desempregados recorre, igualmente, às associações que apresentam como principal benefício a justiça (33,3%), acontecendo o mesmo para cerca de 1/4 dos inquiridos estudantes. Talvez por serem grupos com um mais baixo poder de compra e que necessitam de recorrer a este serviço por meio das associações. No caso de Cabo Verde, os estudantes destacam-se igualmente na referência à tecnologia como benefício da participação associativa (20,0%). Factor que poderá estar relacionado com a cada cada vez maior exigência tecnológica no âmbito dos estudos que realizam. No que respeita ao benefício de crédito prestado pelas associações verifica-se que este é apenas referido pelos estudantes-trabalhadores (12,5%), no caso de Angola e pelos activos, no caso de Cabo Verde (7,1%).

Interacção e parcerias entre associações

No que respeita à interacção com outras associações, os resultados são diferentes em função da semelhança ou não dos objectivos associativos. Entre as associações com objectivos semelhantes parece haver uma frequente interacção tanto nas associações angolanas como nas cabo-verdianas, sendo este valor mais elevado para os cabo-verdianos (46,4%). De facto, poucos inquiridos das duas comunidades referem que não interagem com outras associações ou que o fazem raramente.

Em relação à interacção com associações com objectivos diferentes, a interacção frequente diminui substancialmente (de 39,6% para 7,5%, no caso de Angola e de 46,4% para 3,6% no caso de Cabo Verde). No caso de Angola

destaca-se a referência para uma interacção mediana (de vez em quando – 18,9%), enquanto para os Cabo-Verdianos o destaque vai para uma interacção rara (12,5%).

Reflexões gerais sobre o papel das associações cabo-verdianas e angolanas em Portugal

A partir dos dados analisados no estudo referido, podem-se apontar algumas pistas de reflexão de carácter geral.

O papel das associações nas redes de solidariedade e confiança relacionadas com o acesso dos jovens ao mercado de trabalho é pouco relevante. O trabalho que as associações fazem no terreno para enquadrar situações de desemprego de imigrantes é maioritariamente dirigido a evitar/mediar os problemas sociais que nascem no meio das situações de precariedade e informalidade ligados às actividades ilegais e criminais e de exclusão social (Albuquerque 2000; Coit 2001; Grassi 2006, 2007).

O imobilismo das associações e o aumento da desconfiança nos seus dirigentes, que tem vindo a ser mais significativo a partir dos anos 90, determina a escassa participação dos jovens nas associações. Esta poderá ser relacionada também com a falta de interacção com outras associações à volta de um projecto comum para as comunidades e com o protagonismo dos seus dirigentes. Esta situação, no caso da imigração de origem cabo-verdiana para Portugal, é susceptível de se vir a modificar pelo trabalho da recém-criada Federação de Associações Cabo-Verdianas em Portugal.

O tipo de associativismo dos imigrantes de origem africana depende em geral do tipo de imigração e do tempo de permanência no país de acolhimento.

De um ponto de vista metodológico, este estudo indica que o uso de instrumentos estatísticos para captar as características das redes de capital social é um complemento importante de uma análise qualitativa que consiga, através de métodos mais demorados e invasivos, captar aquelas dinâmicas informais que muitos autores (Charmes 1999; Grassi 2006, 2007; Hart 2000; Portes 2000) indicam serem difíceis de obter através de métodos exclusivamente quantitativos. Em relação às dinâmicas informais, isto acontece sobretudo devido às representações sociais que elas assumem, em particular, quando analisadas em lugares de vulnerabilidade social, como seja o contexto migratório. Por outro lado, a aplicação de um questionário como aquele que apresentamos tornou mais fácil a identificação das características comuns no «movimento» dos actores imigrantes, da exploração de redes de solidariedade de acordo com as necessidades locais e da redefinição de fronteiras físicas culturais identitárias e simbólicas que os métodos de investigação originam.

Estruturar a recolha de dados num questionário torna mais fácil a análise comparada entre comunidades étnicas de origem diferente e esclarecer o papel do associativismo no processo de inclusão/exclusão nas redes migratórias de solidariedade transnacional e os seus efeitos no desenvolvimento.

No caso da amostra inquirida, 3/4 dos inquiridos parecem privilegiar o associativismo informal (redes parentais/religiosas/socioeconómicas) por ser mais eficaz quanto à ajuda na resolução dos problemas relacionados com o acesso ao mercado de trabalho. As entrevistas abertas com os inquiridos esclarecem que o acesso ao mercado de trabalho informal está a aumentar e estrutura-se em redes identitárias com base na etnia, no parentesco e noutras identidades colectivas, como seja a condição de imigrante. São sobretudo as mulheres que organizam as redes de ajuda que abrangem famílias, vizinhos, igrejas, organizações de bairro.

O papel mais importante das associações consiste na veiculação e orientação da informação sobre as leis do país de acolhimento, um papel político e de intervenção nas questões de cidadania. As associações funcionam também, às vezes, como intérpretes da legislação e de guia explicativa sobre os passos a dar para reclamar os direitos dos imigrantes em Portugal. Todas as associações referidas pelos inquiridos desenvolvem um papel de informação do que acontece no país de origem e de manutenção e reconstrução da identidade cultural de origem. Tem um papel também na oferta de formação escolar e profissional mais como «valor de uso» do que como «valor de troca» para a integração no mercado de trabalho.

Os dirigentes associativos entrevistados, por outro lado, referem a dificuldade de mobilização dos imigrantes de condição social mais desfavorecida, que dependeria das dificuldades de integração que inibiriam a participação activa nas associações.

Quanto ao diálogo político, o movimento associativo parece passar pelas práticas e disposições das elites africanas em Portugal, a que pertencem de uma forma geral os dirigentes associativos, já caracterizada por certos autores no início dos anos 90 (Machado 1992, 132). As associações estão assim mais vocacionadas para o investimento político e para as mudanças em curso nos países de origem e nas próprias elites do que para os problemas de integração dos imigrantes em Portugal. Por outro lado, recentemente, a capacidade de pressão e as relações que as associações podem engendrar com o Estado português têm aumentado no contexto das políticas europeias de regulamentação dos fluxos migratórios para o espaço Schengen e pode-se afirmar que as associações cabo-verdianas e angolanas em Portugal têm aumentado a sua influência de interpeção directa com o Estado sobretudo através do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e do seu antecessor, o ACIME.

As formas de pressão expressam-se sobretudo na maior visibilidade social das comunidades que as associações representam. A visibilidade tende a au-

mentar, como vimos nos dados apresentados, em função do grau de fixação dos imigrantes no país de acolhimento. Disso é um exemplo paradigmático a comunidade cabo-verdiana em Portugal. Quando os imigrantes já alcançaram uma certa integração, como é o caso da amostra que fundamenta esta análise (composta maioritariamente de indivíduos estudantes e estudantes-trabalhadores), eles tendem a mobilizar-se de um ponto de vista associativo e ganhar visibilidade no campo político e social.

As associações são procuradas sobretudo para se obter apoio com vista à integração sociocultural, em termos de benefícios pessoais, colectivos e simbólicos. Não obstante, o capital social na imigração exprime-se sobretudo nas redes familiares e étnicas informais e nas solidariedades familiares, sendo que na imigração de origem africana estas se baseiam num conceito de família mais alargado do que o da família nuclear europeia.

O intercâmbio interassociativo está sendo aprofundado. Com efeito, a comunidade cabo-verdiana tem uma entidade federadora específica, a recém-criada Federação das Associações Cabo-Verdianas em Portugal. Esta assume-se como reforço institucional na integração socioeconómica dos imigrantes mas também como parceira privilegiada no diálogo com os Estados de origem e de acolhimento.

Desde sempre que o movimento migratório faz parte da história do arquipélago e se processa em múltiplas formas, de acordo com as categorias sociais dos indivíduos e com as suas oportunidades de exploração das dinâmicas da globalização, sejam elas dinâmicas comerciais informais (caso do transnacionalismo de baixo, na acepção de Portes 2000),⁷ sejam aquelas expressas no transnacionalismo «de elite» (na acepção de Riccio 1999), dos quadros «cá e lá».

A constante negociação de múltiplas e cruzadas identidades é, assim, a resposta à complexidade das auto-representações com que se debatem as comunidades diaspóricas. No caso da imigração que provém de Cabo Verde e de Angola, o pluralismo cultural, que acompanha este processo, exprime-se à volta de significados identitários ligados à história colonial, interrompida politicamente em 1975 mas mantendo uma forte presença no imaginário colectivo, identitário e simbólico, quer em Portugal quer nas ex-colónias. A ligação simbólica e cultural a Portugal por parte das comunidades de origem africana aqui estudadas determina uma especificidade quanto ao sentimento de pertença nacional, a qual deve ser analisada de modo diferente relativamente aos fluxos migratórios para países que historicamente não têm tido ligação colonial. Como lembra recentemente Castelo (2005/2006, 20) «emergem na cena pública e no quotidiano (outras) formas de reprodução da memória sobre o passado colonial que tanto podem operar por contaminação, emulação ou oposição, e têm obrigado a algumas reconfigurações da memória

⁷ V. o exemplo das *Rabidantes* cabo-verdianas em Grassi (2003).

oficial do colonialismo» sendo esta questão extremamente relevante para a interpretação das atitudes individuais e colectivas sobre o fenómeno migratório.

As especificidades também surgem na comparação entre as diásporas cabo-verdiana e angolana para Portugal, existindo diferenças quanto ao respectivo sentimento de pertença nacional. A cabo-verdianidade⁸ parece mais forte do que a angolanidade, o que se prende principalmente com as características específicas do vivido histórico, económico e político das duas antigas colónias portuguesas.

Finalmente, este artigo, articulando os dados recolhidos em duas comunidades de imigrantes originários de dois países que têm uma ascendência colonial comum portuguesa, alude ao valor do método comparativo nos estudos sobre migrações, identidades e multiculturalismo. O mundo múltiplo e as identidades plurais da contemporaneidade apontam para a necessidade de olharmos os fluxos migratórios nas suas dinâmicas complexas e peculiares – superando o etnocentrismo das análises pelo diálogo entre a política macro-económica e a realidade social enquanto produto histórico e dando voz aos protagonistas dos fluxos migratórios, tanto a nível individual como das comunidades organizadas da sociedade civil e do Estado.

Referências bibliográficas

- Akesson, Lisa. 2004. *Making a life*. Gotemburgo: Goteborg Univ.
- Albuquerque, Rosana. 2000. Political participation of luso-african youth in Portugal: Some hypothesis for the study of gender. *Papers* 60:167-182.
- Albuquerque, Rosana, Lígia Ferreira, e Telma Viegas. 2001. *O associativismo dos imigrantes em Portugal*. Janus 2001. http://www.janusonline.pt/docs2001/artigo_janus2001_3_3_16.doc (último acesso a 20 de Maio de 2008)
- Anderson, Benedict. [1983] 1993. *Imagined communities*. Londres-Nova Iorque: Verso.
- Associação de Portugueses Emigrados na Bélgica. 2003. *Boletim da APEB* (Verão): 20.
- Banco Mundial. 2000. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. Nova Iorque: Oxford Univ. Press.
- Barbosa da Silva, Domingos. 1993. Qual é a função principal das associações cabo-verdianas. In *A odisseia crioula*, António Barbosa da Silva e Domingos Barbosa da Silva, 173-176. Oslo: Alpha, Beta, Sigma.
- Berg, Mette L. 1999. *Localising cubanness: Place making and social exclusion in old Havana*. Copenhaga: Univ. de Copenhaga.

⁸ A importância da diáspora cabo-verdiana para a construção e a manutenção da identidade nacional e na reinvenção da nação, a importância da «pátria distante» na comunidade fora do arquipélago, são temas particularmente pertinentes nas suas implicações económicas, uma vez que as remessas dos emigrantes constituem o maior valor das receitas no orçamento do Estado de Cabo Verde.

- Castelo, Cláudia. 2005/2006. Memórias coloniais: Práticas políticas e culturais entre a Europa e a África. *Cadernos de Estudos Africanos* 9/10 (Julho 2005-Junho 2006).
- Charmes, Jacques. 1999. *Gender and informal sector*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- Coit, Katharine. 2001. *The other face of informality and illegality or the collateral effects of informality: Coping with informality and illegality in human settlements in developing cities*. Lovaina e Bruxelas: ESF/N-AERUS Workshop.
- Dias de Sousa, Nardi. A. 2003. *Imigração e cidadania local: Associativismo imigrante e políticas públicas de Portugal*. Praia (Cabo Verde): Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Eriksen, Thomas Hylland. 1993. *Ethnicity and anthropological perspectives*. Londres: Pluto Press.
- Fennema, Meindert, e Jean Tillie. 1999. Political participation and political trust in Amsterdam. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 25 (4): 703-726.
- Fenton, Steve. 1999. *Ethnicity*. Hampshire e Londres: MacMillan Press.
- Grassi, Marzia. 2006. Formas migratórias: Casar com o passaporte no espaço Schengen. *Etnográfica* 10 (2): 283-306.
- Grassi, Marzia. 2007. Cabo Verde pelo mundo: O género na diáspora cabo-verdiana. In *Género e migrações cabo-verdianas*, orgs. M. Grassi, e Iolanda Évora, 23-62. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Grootaert, Christiaan, Deepa Narayan, Veronica Nyhan Jones, e Michael Woolcock. 2003. *Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS) – Grupo temático sobre capital social*. Washington DC: Banco Mundial.
- Hall, Stuart. 1990. Cultural identity and diaspora. In *Identity*, org. Jonathan Rutherford. 222-237. Londres: Lawrence & Wishart.
- Harriss, John. 2002. *Depoliticizing development: The World Bank and social capital*. Londres: Anthem Press.
- Hart, Keith. 2000. *Money in an unequal world*. Londres e Nova Iorque: Texere.
- Horta, Ana Paula Beja, e Jorge Malheiros. 2005. Social capital and migrants' political integration. Comunicação apresentada na Conferência Internacional «Cape Verdean Migration and Diaspora». 18-19 de Novembro, CEAS-ISCTE, Lisboa.
- Knack, Stephen, e Phillip Keefer. 1997. Does social capital have an economic payoff?, *The Quarterly Journal of Economics* 112 (4): 1251-88.
- Direction Générale Emploi et Marché du Travail. 2001. *L'immigration en Belgique*. Bruxelas: Direction Générale Emploi et Marché du Travail.
- Machado, Fernando Luís. 1992. Etnicidade em Portugal: Contrastes e politização. *Sociologia Problemas e Práticas* 12: 123-136.
- Portes, Alejandro. 1995. Economic sociology and the sociology of immigration: A conceptual overview. In *The economic sociology of immigration*, org. 1-41. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Portes, Alejandro. 2000. Capital social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas* 33: 133-158.
- Portes, Alejandro e Patricia Landolt. 1996. The downside of social capital. *American Prospect* 26: 18-22.
- Putnam, Robert. 1993. *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Nova Iorque: Princeton Univ. Press.
- Putnam, Rober. 2001. *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Riccio, Bruno. 1999. *Senegalese transmigrant and the construction of immigration in Emilia Romagna (Italy)*. Tese de doutoramento, Universidade de Sussex.
- Skocpol, Theda. 1996. Unravelling from above. *American Prospect* 25: 20-25.
- Smith, Anthony. [1991] 1997. *Identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.

Marzia Grassi

- Tilly, Charles. 1990. Transplanted networks. In *Immigration reconsidered*, org. Virginia Yans-McLaughlin, 79-95. Nova Iorque: Oxford Univ. Press.
- Trindade, Maria Beatriz Rocha. 1981. Emigração portuguesa: As políticas de «trajecto de ida» e de «ciclo fechado». In *Estudos sobre a emigração portuguesa*, org. 71-90. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Woolcock, Michael. 1999. Managing risk, shocks and opportunity in developing economies: The role of social capital. In *Dimensions of Development*, org. Gustav Ranis. 197-212. New Haven, CT: Yale Center for International and Area Studies: